



REPÚBLICA DE ANGOLA

SECRETARIADO CONSELHO DE MINISTROS

COMUNICADO DE IMPRENSA

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros realizou hoje, dia 24 de Setembro de 2024, a sua 5.^a Reunião Ordinária, na Sala de Reuniões do Gabinete de Gestão Documental e Biblioteca da Secretaria-Geral dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, sob orientação da Ministra de Estado para Área Social, **Maria do Rosário Teixeira de Alva Sequeira Bragança**, no âmbito da competência que lhe foi delegada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

Na reunião de hoje, a Comissão para a Política Social procedeu a uma primeira leitura do Projecto de Decreto Presidencial que visa a aprovação do Regime Jurídico do Estatuto do Subsistema de Educação de Adultos.

Do ponto de vista do impacto Sócio-Educativo, o referido Projecto Decreto Presidencial visa promover a inclusão social e educativa de jovens e adultos a partir dos 15 anos de idade e tem como objectivos, a garantia do acesso à educação, a recuperação do atraso escolar por meio de métodos intensivos, o combate ao analfabetismo, a oferta de formação técnico-profissional, assim como o desenvolvimento das potencialidades individuais, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento social, económico e cultural das comunidades.

Na mesma ocasião, procedeu-se, igualmente, a primeira leitura do Projecto de Decreto Presidencial que aprova a Política Nacional do Livro Escolar (PNLE) em Angola, cujo objectivo é regular o processo de elaboração, edição, avaliação, certificação, produção, distribuição, vigência, utilização, reutilização e preservação do Livro Escolar, enquanto património histórico-cultural essencial para a preparação integral dos alunos.

O referido projecto de diploma estabelece, ainda, um conjunto de medidas e orientações que permitem mudar o actual quadro sobre o processo de distribuição e utilização do Livro Escolar nas instituições de ensino, particularmente do Ensino Primário.

A Comissão para a Política Social recomendou que os referidos documentos fossem melhorados para a sua reapreciação numa das próximas sessões desta Comissão.

A Comissão para a Política Social apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que cria o Observatório de Género de Angola e aprova o seu Regulamento, diploma que visa institucionalizar a recolha de dados estatísticos de género a nível nacional, permitindo avaliar os diferentes impactos das políticas públicas nas mulheres e nos homens.

No essencial, pretende-se com a aprovação desse diploma garantir a transversalidade em todos os sectores, no que se refere às desigualdades, discriminação, violência contra as mulheres, práticas nocivas e estereótipos de género, trabalho não remunerado e doméstico, emprego, liderança e participação na tomada de decisão a todos os níveis, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, aos direitos reprodutivos, recursos económicos e a educação.

Finalmente, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros tomou conhecimento dos Relatórios de Balanço das Actividades desenvolvidas, no I Semestre de 2024, pelos seguintes Departamentos Ministeriais:

- Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;
- Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação;
- Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

No Sector da Justiça e dos Direitos Humanos, no âmbito dos Indicadores de Registos e Atribuição do Bilhete de Identidade, constatou-se que, durante o período em referência, 98,93% dos Registos de Nascimento foram concretizados a nível nacional e apenas 1,07% na diáspora, correspondendo em numerário a 234 346 (Duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis) e 2 519 (Dois mil e quinhentos e dezanove) registos de nascimento, respectivamente.

O documento acrescenta que foram emitidos 1 186 309 (Um milhão, cento e oitenta e seis mil, trezentos e nove) bilhetes de identidades, dos quais, 1 176 095 (Um milhão, cento e setenta e seis mil, e noventa e cinco) a nível nacional e 10 214 (Dez mil e duzentos e catorze) na diáspora.

De referir que, do total de bilhetes de identidade emitidos, 754 139 (Setecentos e cinquenta e quatro mil e cento e trinta e nove) foram renovações, 404 020

(Quatrocentos e quatro mil e vinte) emissões pela primeira vez e 28 150 (Vinte e oito mil e cento e cinquenta) emissões de segunda via.

O Relatório do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realça, também, que no período em referência foram criados 15 (Quinze) Comitês Distritais de Direitos Humanos e 18 509 (Dezoito mil e quinhentas e nove) novas empresas.

Relativamente ao sector das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, durante o I Semestre de 2024, foram realizadas, entre outras, acções nos domínios da construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas rodoviárias, que permitirão a melhoria da mobilidade das populações que se encontram nas zonas de produção agrícolas para os locais de comercialização e centros de consumo, bem como acções de emergência no combate à progressão de ravinas, redução das áreas de risco, melhoramento da envolvente ambiental nas zonas intervencionadas, permitindo a salvaguarda de vidas humanas e de importantes infra-estruturas.

Por outro lado, o Relatório refere que prosseguem as obras de construção de casas sociais para o realojamento das populações que vivem em zonas de risco e deslocadas de projectos específicos de requalificação urbana, nomeadamente, 376 (Trezentos e setenta e seis) casas sociais na Província do Cuanza Sul, 1 500 (Mil e quinhentas) habitações sociais em Cabiri, outras 1 500 (Mil e quinhentas) no Ngolome, ambas localidades do Município do Icolo e Bengo, e 2 920 (Duas mil e novecentas e vinte) habitações sociais na Província de Cabinda.

No que concerne ao sector da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, para além do cadastramento de 510 082 (Quinhentas e dez mil e oitenta e dois) famílias, efectuou-se, no âmbito do Programa de Fortalecimento do Sistema de Protecção Social-Kwenda, o registo de 1 595 496 (Um milhão, quinhentas e noventa e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis) agregados familiares elegíveis para as Transferências Sociais Monetárias, tendo sido pagos um acumulado de 1 058 167 (Um milhão, cinquenta e oito mil, cento sessenta e sete) agregados familiares.

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA DO SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS, em Luanda, aos 24 de Setembro de 2024.